

Questões às quais todos os professores contratados desejariam obter uma resposta por parte do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

- Como é possível o MEC abrir um concurso público para contratação de professores a 13 abril 2012, onde o aviso de abertura refere claramente que os diplomas que regularão o concurso são os Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro, na redação dada pelo Decreto -Lei n.º 51/2009, de 27 de Fevereiro e aquando a manifestação das preferências do concurso, em julho 2012, o mesmo concurso passa a ser regulado pelo DL 132/2012? Isto é a mesma coisa que um jogo de futebol ter um regulamento na 1ª parte do jogo e após o intervalo a 2ª parte será jogada com regras diferentes...

- Porque têm os professores contratados de andar meses a fio preocupados com o seu concurso? Não entendemos. O concurso é realizado numa plataforma eletrónica, iniciou-se em abril 2012e só terminou em finais de Julho 2012. **Será que os professores contratados não têm direito a férias e a um processo menos desgastante?**

- Os professores contratados são avaliados todos os anos desde que cumpram mais de 180 dias de serviço, não acontecendo o mesmo com as restantes categorias de professores. Apesar do processo da avaliação de desempenho ter sofrido uns pequenos ajustes, será que os professores contratados não mereciam igual tratamento aos demais professores e só deveriam ser avaliados quando cumprissem pelo menos 500 dias de serviço ao longo de dois anos letivos? Ou seja, bianual?

- Diz o senhor ministro da educação e ciência que existem professores a mais nas escolas. Perguntam os professores contratados, mas com as escolas a serem agrupadas em mega agrupamentos e outras centenas a serem encerradas, com as turmas a ficarem com 30 alunos e com a extinção de algumas disciplinas, será que são os professores que estão a mais ou será que as medidas do MEC é que estão a colocar os professores contratados no desemprego?

- Em que factos se baseou o sr. ministro para colocar as turmas com 30 alunos? Centenas de estudos e centenas de exemplo dizem-nos que muita quantidade significa um abaixamento da qualidade. Sr. ministro, até os planteis de futebol só querem 23/24 jogadores no máximo e é para colocar os jogadores num espaço de 90*45 metros e não numa sala de aulas com pouco mais de 20 metros quadrados.

- Os professores contratados têm famílias e vários encargos. Várias vezes ao dia, têm de estar os professores contratados em frente ao seu computador pessoal a ver se é hoje que são publicadas listas, ou se foram lançadas ofertas de escola, etc. **Será pedir muito o MEC colocar a informação na sua página ou na página da DGAE com o agendamento da publicação das variadas listas? Ou não terá o MEC e a DGAE pessoas competentes para tal tarefa?**

- É da opinião geral que todos os exames nacionais realizados no último ano letivo foram de uma dificuldade extrema e tal como o MEC anunciou, os resultados baixaram muito. **Será que este ano letivo os exames serão mais acessíveis de modo a que se obtenham melhores resultados e o MEC possa afirmar que todas as medidas que**

tomou para este ano letivo foram as melhores? Medidas como colocar milhares de professores contratos desempregados? Haverá algum tipo de correlação aqui?

- Em relação às ofertas de escola (contratação de escola), são centenas de casos com irregularidades. Muitas são já as reclamações. O que tem o sr. ministro a dizer em relação:

- Às escolas que colocam os docentes menos graduados à frente dos mais graduados?

- Aos diretores de escola que aceitam a prestação de dados falsos, como a contagem do tempo de serviço por exemplo, para que a pessoa que lhe interessa seja colocada? Não deveria um diretor ser punido por tal situação? Não deveria o candidato que presta falsos dados ser imediatamente excluído?

- Às escolas que convocam todos os professores para realizarem um entrevista, quando o DL 132/2012 (o que regula o concurso) diz que só os primeiros 5 é que são chamados?

- Às escolas que colocam sub critérios de admissão à medida de determinados professores? Em alguns casos só falta mesmo colocarem o nome do candidato que pretendem.

Ainda, no que concerne às contratações de escola, perguntam os professores contratados:

- As escolas TEIP ou com autonomia não poderiam entrar no dito concurso anual? Qual a lógica de terem um regime de contratação de docentes à parte e à medida dos interesses individuais?

- Faz algum sentido um professor contratado, com X anos de serviço, submeter-se a uma entrevista que muitas ou todas as vezes está “viciada”, tendo muitas vezes de percorrer centenas de quilómetros para isso?

- Não concorda que o mais correto nestas situações fosse todas as escolas TEIP e com autonomia solicitarem apenas a graduação profissional dos candidatos e nada mais? Assim, os mais graduados seriam sempre os primeiros a serem colocados e traria veracidade a este tipo de concurso. Em caso de empate na graduação, seria dada sempre preferência ao docente com maior idade. Que lhe parece desta ideia?

- Gostariam os professores contratados de saberem como é possível o MEC realizar uma reforma curricular e tomar outras medidas sem ouvir os professores?

Para finalizar este rol de questões e a título de curiosidade meramente, gostaríamos de saber apenas durante quantos anos lecionou o senhor ministro numa escola pública e há quanto tempo?

Nós, professores contratados gostaríamos de ver todas estas questões a serem respondidas de forma clara e objetiva. Esperemos que o sr. ministro tenha coragem para tal.

Diz o sr. ministro que não há motivos para os professores o contestarem, então sugerimos que realmente comece a ouvir os professores e se não for pedir muito leia alguns blog's ou espaços destinados aos professores. Se não tiver tempo, tem sempre os seus secretários de estado e demais assessores que poderão fazer-lo por si e transmitir-lhe o que vai na "alma" dos professores, nomeadamente dos professores contratados. Aqui entre nós, há quem diga que é o pior ministro da educação desde o regime salazarista.